

Por dentro das “margens”: os circuitos produtivos de um território local e a importância das feiras livres em Iporá, Goiás

Ricardo Júnior de Assis Fernandes

da Universidade Estadual de Goiás – Iporá – Brasil
ricardofreud@gmail.com

Anna Lígia Alves Coelho

da Universidade Estadual de Goiás – Iporá – Brasil
annaligiac@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa apresenta resultados do Projeto “Território, desenvolvimento local e cadeias produtivas de alimentos em Iporá, Goiás”, desenvolvido no interior do Curso de Geografia e do Laboratório de Estudos Ambientais e do Território – LEAT, da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. Neste sentido, o texto expõe elementos da questão agrária no Oeste Goiano e interpreta os espaços das feiras livres como expressão do fortalecimento de ações de desenvolvimento territorial local em Iporá (GO). A metodologia contou com pesquisa bibliográfica e procedimentos de pesquisa qualitativa em Geografia, como pesquisa de campo, entrevistas e diário de campo. Os resultados apresentados buscam contribuir com os pesquisadores e as investigações geográficas preocupadas com os usos sustentáveis da sociobiodiversidade do Cerrado, a produção e o consumo saudáveis de alimentos, a geração de renda e a vida digna das camponesas e dos camponeses em Iporá (GO) e demais municípios do Oeste Goiano.

Palavras-chave: Território. Desenvolvimento local. Feiras Livres. Iporá (GO).

Introdução

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranqüila ao teu esforço.

[...]

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.

O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.

[...]

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fartura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.

(*Cântico da terra*, Cora Coralina)

Com versos e estrofes urdidos na sensibilidade poética de quem apreendeu as expressões materiais e simbólicas das coisas miúdas do cotidiano, do trabalho rural e da organização da existência nos espaços e lugares do *Sertão goiano*, a poetisa Cora Coralina (1889-1985) “canta” a terra como fonte dadivosa da vida. Útero materno. Fonte fértil dos alimentos colhidos por camponeses. Manancial das águas que irrigam plantas e saciam a sede. Matéria da casa e dos instrumentos de trabalho dos lavradores. A terra de onde se levantam generosas as matas e percorrem sinuosos os rios. Das planuras ou serras nas quais nascem e crescem as árvores para colheitas das flores, frutos e sementes.

Desse modo, pode-se dizer que uma leitura lítero-geográfica (GONÇALVES, 2018) do poema *Cântico da terra* permite apreender a relação entre o trabalho, a produção de alimentos, os usos da terra, das águas e das florestas no elo substantivo que grafa a existência objetiva e imaterial de homens e mulheres, camponeses e camponesas. A poesia de Cora Coralina percorre as fendas de territórios, identidades, cosmologias e sujeitos. É fonte de interpretação para entender o “Goiás profundo” (CHAVEIRO, 2005).

Neste sentido, o presente texto apresenta resultados apreendidos na aproximação com sujeitos camponeses e seus territórios de existência, trabalho e produção de alimentos. Para isto, a compreensão da categoria território suplanta a dimensão objetiva ou econômica do desenvolvimento para adentrar em escalas de análises que também consideram as subjetividades, as lutas, os sonhos e as transformações qualitativas nas grafias da vida dos trabalhadores. A pesquisa permitiu contactar não apenas os espaços das feiras e entrevistas com os feirantes e consumidores. A partir do diálogo com camponeses e *trabalhadores da terra*¹, visitaram-se de maneira participante os territórios da existência, os lugares de cultivo

¹ Para Mendonça (2004, p. 29) “são aqueles que exercem o labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreendem os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno

dos alimentos, a *terra de trabalho* (MARTINS, 1981) dos camponeses, especialmente em áreas de assentamentos rurais.

A presente pesquisa apresenta resultados do Projeto 'Território, desenvolvimento local e cadeias produtivas de alimentos em Iporá, Goiás', desenvolvido no interior do Curso de Geografia e do Laboratório de Estudos Ambientais e do Território – LEAT, da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. Com efeito, partiu-se da seguinte problematização: qual é a origem dos alimentos comercializados nas feiras livres em Iporá? Para respondê-la, propôs-se, inicialmente, a identificação das feiras locais nos diferentes bairros da cidade, das cooperativas de agricultores familiares e feirantes cooperados. No segundo momento, fez-se necessário a realização de entrevistas que permitiram identificar a origem dos alimentos comercializados, se é de produção local (nas pequenas propriedades familiares, assentamentos, comunidades etc.), ou comprados nas Centrais de Abastecimento de Goiás S.A – CEASA. Por meio de diálogos participativos e observações diretas objetivou-se constatar também as pessoas, produtores e feirantes, que acessam políticas públicas de desenvolvimento rural/territorial.

Neste texto chama-se de "margem" o contraponto às atividades econômicas hegemônicas marcadas pelos monopólios controlados por grandes conglomerados econômicos. Desse modo, as feiras livres se incluem dentro de um circuito às "margens", em função de sua abertura para outros regimes de trocas, para a sazonalidade e para um estatuto de cooperação entre produtores e destes com os consumidores. Não quer dizer-se com isto que as feiras estão fora dos circuitos hegemônicos, mas, mesmo interseccionadas com eles, criam desvios, alternativas e resistências.

Como o objeto da pesquisa dialoga com elementos da questão agrária, investigaram-se elementos que expressam os usos da terra, da água e do território no município de Iporá (GO) e região. Refletiu-se acerca da expansão da monocultura da soja em municípios do Oeste Goiano (incluindo Iporá) e as implicações espaciais do modelo do agronegócio. Realizou-se pesquisa de campo em áreas de assentamentos que permitiram conhecer a realidade objetiva de espaços da produção de alimentos comercializados nas feiras. Dessa maneira, estas questões somaram-se ao debate sobre categorias como território, agricultura familiar camponesa e desenvolvimento local, no intercâmbio com a exposição dos desafios e contradições que marcam a realidade local e regional.

Por conseguinte, com os resultados apresentados na pesquisa espera-se contribuir com os pesquisadores e as investigações geográficas preocupadas com os usos sustentáveis

da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra, pela reforma agrária e pela permanência na terra."

da sociobiodiversidade do Cerrado, a produção e o consumo saudáveis de alimentos, a geração de renda e a vida digna das camponesas e dos camponeses em Iporá (GO) e demais municípios do Oeste Goiano. As feiras são espaços qualitativos e quantitativos para o fortalecimento desta perspectiva ao propiciar o desenvolvimento local² integrado às comunidades e à população da cidade e do campo.

Desenvolvimento e territórios alternativos da produção e do consumo de alimentos

A construção de um entendimento acerca de noções e categorias como território, desenvolvimento local, agricultura familiar camponesa, agroecologia e feiras livres, busca compreendê-las e explicá-las à luz de fundamentos teóricos críticos. Defende-se, assim, a importância de tornar-se claro os elos que urdem cada uma delas entre si. Nestas observações transita a posição teórica e política referenciada na crítica rente aos elementos que perpassam a questão agrária. Entre eles, destacam-se a estrutura fundiária desigual, os conflitos no campo, a hegemonia do agronegócio exportador de *commodities*, o uso de agrotóxicos e a contaminação da natureza e dos trabalhadores, a apropriação corrosiva dos solos e das águas, a luta pela terra e reforma agrária, a pobreza e a desigualdade no campo e nas cidades.

Sendo assim, a defesa da agricultura familiar camponesa dialoga com as formas de organização e lutas coletivas em salvaguarda de territórios alternativos (HAESBAERT, 2002), sociais, políticos e econômicos. Territórios erigidos na autonomia dos trabalhadores, na pequena propriedade, nas formas associativas de organização da produção e do trabalho, na geração de renda e na sustentabilidade socioambiental. Como consequência, expressão de um desenvolvimento local que não signifique o acúmulo econômico realizado na exploração da natureza e do trabalho, na concentração de renda e terra, dependente das determinações do capital hegemônico e dos cânones da burguesia financeira e neoliberal. Ao contrário, o desenvolvimento local comparece como resultado da produção social da existência dignificadora dos resultados do trabalho coletivo e solidário, confrontando as desigualdades, os conflitos e as injustiças. Desenvolvimento que não se dissocia das bases territoriais da vida e do labor cotidianos dos sujeitos. Desenvolvimento que não seja “uma viagem com mais

² Segundo Muls (2008, p. 02) “a teoria do desenvolvimento econômico local pode ser apresentada como o resultado da falência dos modelos tradicionais de desenvolvimento fundados seja na compreensão do Estado nacional como principal agente promotor do desenvolvimento, seja nas funções alocativas do mercado como facilitador do ótimo econômico”.

náufragos do que navegantes”, conforme denunciou Eduardo Galeano no livro *Veias abertas da América Latina*.

Nesta perspectiva, entende-se o território como a base material e imaterial do viver dos sujeitos. Esta categoria (o território) é central nas mediações explicativas que buscam a relação entre agricultura familiar camponesa, produção agroecológica e feiras livres. Resultado concreto e simbólico do trabalho humano e seu processo dialético, o território é constantemente (re)organizado. A leitura desta categoria expressa os processos, as tramas e as especificidades forjadas através das ações políticas dos trabalhadores em disputa com os interesses do capital ao eleger áreas de atuação e imposição de hierarquias, conflitos e campos de forças internas e externas. Assim, conforme Mendonça (2007, p. 21), através da leitura geográfica do território deve-se,

[...] contemplar as especificidades e, mais ainda, perceber que os territórios estão em permanente disputa. Mais ainda, é necessário partir da compreensão de que os territórios são urdidos, tecidos, desenhados e redesenhados, a partir das ações políticas forjadas no cotidiano, mas também partir do entendimento de que esses territórios são tramados entre as *personas* do capital e os trabalhadores.

As mediações que tecem os territórios e as relações dos sujeitos que os apropriam resultam também nas *disputas territoriais*. A apropriação social do espaço e “os interesses conflitantes sobre os usos e a ocupação de um mesmo território geram as disputas territoriais” (CLEPS JÚNIOR, 2010, p. 36). Sendo assim, a disputa e o conflito pelos usos do território são manifestações da luta de classes travada na sociedade capitalista. Nesta perspectiva, Paulino (2009) defende que o território é produzido como resultado da luta de classe permeada por interesses distintos.

Por outro lado, diferentes sujeitos também mantêm com os territórios referenciais de pertencimento, memória, trabalho, lutas e identidades territorialmente construídas. Por isso, o estudo da agricultura familiar camponesa e das racionalidades que permeiam os territórios *campesinos*, revela em sua essência a riqueza das relações entre as pessoas que neles vivem e trabalham. *Saberes-fazeres* se transformam e são transformadores. Isto ocorre, por exemplo, através de experiências coletivas de organização em defesa da terra, das águas, dos alimentos saudáveis e da agroecologia contrapondo formas hegemônicas de produção como o agronegócio.

Tais elementos evidenciam a importância de se colocar no centro das discussões e pesquisas a compreensão do desenvolvimento local e sua dimensão territorial³. Isto ajuda a posicionar o discurso e a intervenção no epicentro de uma interpretação contra-hegemônica do desenvolvimento (OLIVEIRA; CLEMENTE, 2012). À vista disto, comparece a dimensão territorial do desenvolvimento local. Para Alemán e Heredia (2013, p.19),

Estudiar la dimensión territorial del desarrollo significa interpretar los problemas que caracterizan el desarrollo desde la perspectiva del espacio territorial, lo cual está condicionado por la profundización de las desigualdades, desproporciones, diferencias o asimetrías socioeconómicas que resultan de los efectos del funcionamiento de las relaciones capitalistas de producción a lo interno de las economías nacionales.

Pode-se afirmar, conforme os argumentos de Alemán e Heredia (2013), que a dimensão territorial do desenvolvimento local releva também as mediações interescalares entre as relações capitalistas produtoras das desigualdades que sublinham os territórios. Dessa maneira, comparecem as grafias que marcam as disputas, os conflitos, as formas de organização e lutas, os desafios de permanência e reprodução social da existência de determinado grupo em seus territórios.

Assim, a preocupação com a dimensão territorial da pesquisa é fundamental, pois, conforme destacado por Brandão (2004, p. 60), vive-se um momento em que todos (agentes privados e públicos) vão ao território, “no sentido de que suas estratégias são territorializadas, mas o território não é um dado ou um sítio fixado. É uma construção social conflituosa. Uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto”.

Abramovay (2000) complementa estas observações ao afirmar que um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Portanto, para o autor, a economia tem prestado atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial.

À vista disso, formas de organização, produção e comercialização de alimentos de maneira alternativa aos modelos hegemônicos determinados pelo agronegócio exportador de

³ “A literatura acadêmica que aborda o desenvolvimento territorial abrange um diversificado espectro, que se estende desde perspectivas centradas nos referenciais liberais, as quais partem do princípio da homogeneização ou horizontalização dos espaços, até formulações enfatizando a heterogeneidade em função das condições econômicas, políticas, sociais e culturais concentradas espacialmente em determinada localidade ou região”. (ORTEGA; MATOS, 2013, p. 36).

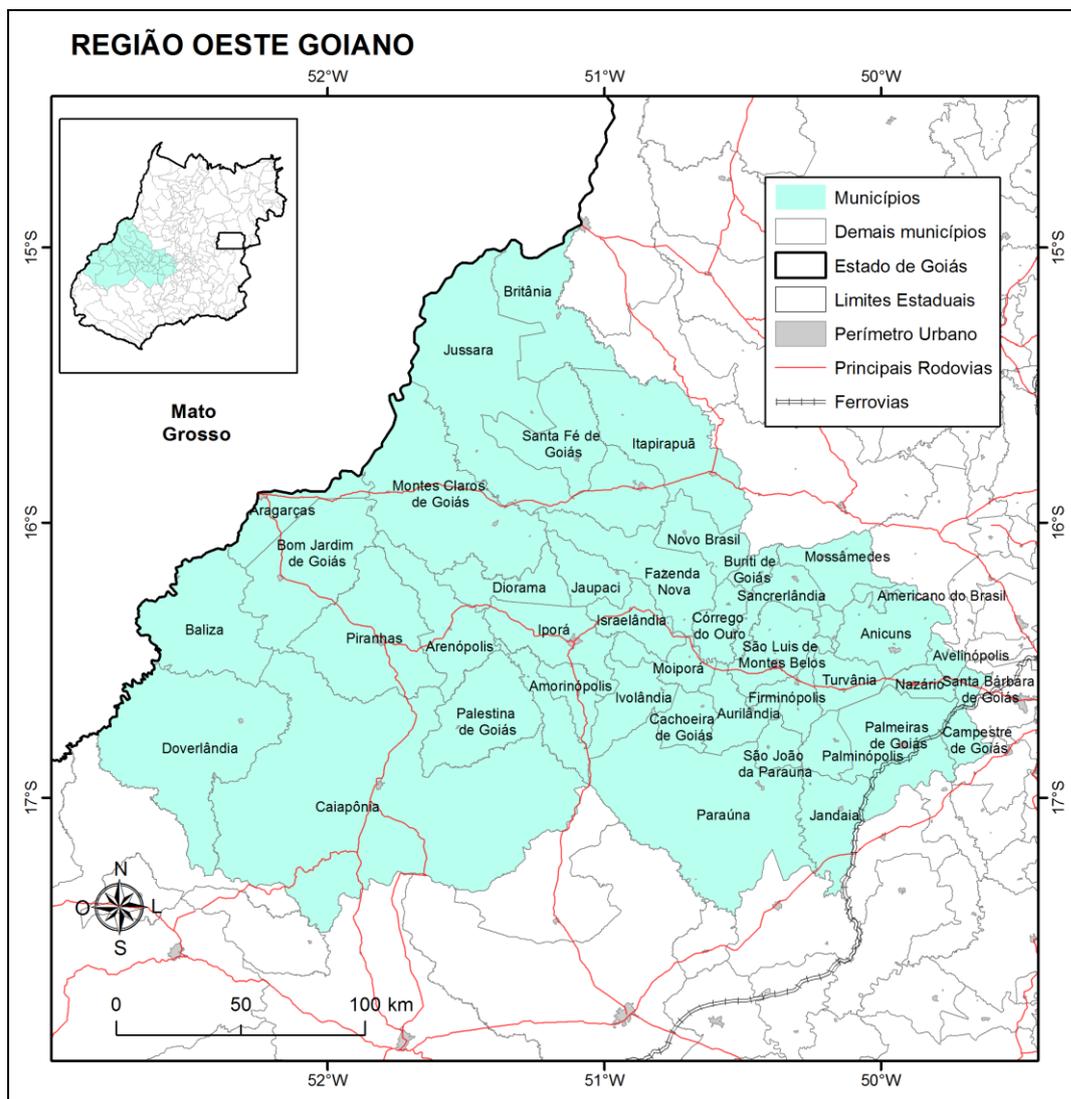
commodities expressam a importância de atentar-se à dimensão territorial do desenvolvimento, especialmente de base local. Contribuem com esta análise as cadeias produtivas dos alimentos de base agroecológica, produzidos em áreas como assentamentos rurais ou em propriedades camponesas em comunidades tradicionais. Experiências exitosas demonstram que se pode praticar uma agricultura sustentável desde a produção à comercialização. Para isto, destaca-se o fato dos agricultores praticamente não usarem insumos externos à propriedade; as propriedades camponesas funcionarem como um organismo sistêmico, com complexas relações que constituem os sistemas agrícolas alternativos oriundos de práticas de diversificação de cultivos (policultivos); uso de práticas agrícolas preocupadas com o incremento e manutenção da fertilidade dos solos, cuidado com a sociobiodiversidade local, bem como a preservação da qualidade das águas, das sementes e dos ecossistemas onde a produção se insere. Do ponto de vista da comercialização, geralmente esta se dá de maneira conjunta de produtos saudáveis diretamente nas feiras livres e outros formatos varejistas, proporcionando a integração entre os produtores e os consumidores finais, preferencialmente por meio dos chamados *circuitos curtos (CC)*⁴.

Essas características possuem desdobramentos diretos nas escalas das cadeias produtivas, desde os insumos (com otimização dos recursos biológicos, reciclagem de nutrientes, rotação e consórcios de culturas), à venda final por meio do elo direto com os consumidores. Além disso, estão relacionadas com a promoção do uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado, construção de sistemas justos (eliminando a figura do atravessador) e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos. Afinal, contribuindo para promover a soberania alimentar, assim como a segurança alimentar e nutricional, efetivando o direito coletivo à alimentação adequada e saudável.

As reflexões sobre estas questões permitiram a aproximação substantiva com os territórios e os sujeitos sociais em Iporá (GO) e demais municípios do Oeste Goiano. (Mapa 1).

⁴ Conforme Darolt et. al (2013, p. 9) “No Brasil ainda não há uma definição oficial para circuitos curtos (CC), mas o conceito aponta para uma proximidade entre produtores e consumidores. Na França, o termo CC é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007). Dois casos de CC podem ser distinguidos: *a venda direta* (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor) e *a venda indireta* via um único intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local)”.

Mapa 1 - Localização geográfica da Região Oeste Goiano, Goiás.



Fonte: SANTOS et.al., (2016).

Diante da perspectiva defendida na pesquisa, a da agricultura familiar camponesa, preocupou-se também com as implicações da expansão de modelos hegemônicos da agricultura capitalista no Cerrado e, neste caso, em novas frentes de expansão de monocultivos como a soja no Oeste Goiano. Além disso, o contato com feirantes e camponeses possibilitou a realização de visitas de campo em assentamentos rurais. Com isto, observou-se os próprios espaços da produção de alimentos para auto-consumo e comercialização em feiras e supermercados das cidades circunvizinhas. Ademais, isto contribui também para a compreensão de elementos que compõem a questão agrária nesta região.

Elementos da questão agrária no Oeste Goiano, Goiás: contradições, conflitos e resistências

O predomínio de atividades pecuárias e a expansão recente do agronegócio da soja, a presença significativa da agricultura camponesa, a distribuição espacial de 73 assentamentos de reforma agrária, com aproximadamente 3.182 famílias assentadas em municípios do Oeste Goiano (INCRA, 2018), a atuação de militantes em defesa da água, da terra e de alimentos saudáveis em luta no Território do Médio Araguaia⁵ revelam elementos que são centrais na compreensão da questão agrária nesta Região de Planejamento do Estado de Goiás.

Os assentamentos rurais são reconhecidos como uma política pública que contribui para diminuir as desigualdades da estrutura fundiária brasileira e de territorialização do campesinato. Desse modo, a produção destes territórios no Oeste Goiano revela esforços coletivos de organização para se manter na terra com dignidade, produzir alimentos saudáveis para o próprio consumo e geração de renda ao comercializá-los nas feiras livres e demais formatos varejistas. Os assentamentos são, assim, territórios da existência que perpassam dimensões sociais, políticas e econômicas para os *trabalhadores da terra*.

A distribuição de terras em assentamentos rurais permite a materialização das possibilidades de trabalho, produção de alimentos e geração de renda no campo. Muitos trabalhadores acessam a terra pela primeira vez, outros retornam ao campo após décadas de expropriação, desemprego e pobreza em espaços urbanos segregados. A objetivação desta política ainda expõe o potencial de fortalecimento da agricultura familiar camponesa.

Com efeito, para compreender a dimensão empírica da questão agrária no Oeste Goiano, estabelecemos o contato direto com famílias do Assentamento Padre Nilo, localizado nos municípios de Iporá e Amorinópolis. Com a pesquisa de campo buscou-se analisar a importância das ações que fortalecem a permanência dos trabalhadores no campo e da agricultura familiar camponesa como fundamental na produção local e regional de alimentos.

Criado em 2006, o Assentamento Padre Nilo está dividido em 34 lotes onde vivem 36 famílias. Um dos entrevistados no Assentamento conta parte de sua história e a importância da conquista da terra:

Estou aqui desde o início. A conquista da terra mudou minha vida. Antes eu vivia no trecho, vivia em terra de patrão, passava dificuldade quando ficava sem emprego e quando arrumava me sentia explorado. Eu tinha consciência da minha

⁵ “O Território Médio Araguaia, localizado na microrregião do Oeste Goiano, é composto por 18 municípios, a saber: Amorinópolis, Aragarças, Arenópolis, Aurilândia, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Diorama, Doverlândia, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Jaupaci, Jussara, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Novo Brasil, Piranhas e Santa Fé de Goiás. Possui uma área total de 25.128,10 km², representando 7,39% do território goiano”. (*Caracterização do Território*. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio110.pdf>. Acesso em: 26 de Nov./2017).

condição de explorado por isso queria mudar minha vida. Quando eu entrei para o movimento social, compreendi melhor nossa realidade, eles ofereciam muita formação para o povo. Eu acredito que isto contribui para minha conquista. Hoje estou aqui, tenho minha casa, minha família vive bem, produzimos nossos alimentos, não preciso submeter aos desmandos e violência de patrão, porque só o fato de sermos empregados, ter que fazer as coisas sem autonomia e gerar lucro para o outro, isso é violência, você não acha? (Informação verbal, Assentamento Padre Nilo, Amorinópolis/GO, Ago./2017).

Para este e outros trabalhadores a conquista da terra efetivou sonhos, transformou a vida e o trabalho de sujeitos que vivem na e da terra. Possibilitou que homens e mulheres sublinhados por histórias de lutas, exploração nas grandes propriedades como trabalhadores assalariados, desemprego nas cidades e desamparo das políticas públicas, tenham a oportunidade de construir uma existência coletiva digna na terra, de novas lutas e enfrentamentos, mas, assegurados pela produção do próprio alimento, da moradia na própria casa.

Neste sentido, as famílias assentadas também relataram dificuldades para permanecer na terra. Acentuam as lutas que ainda desafiam a existência no território. Um dos entrevistados, em seu relato, pontuou o acesso às políticas de desenvolvimento rural.

Nós acreditamos que o governo precisa dar mais atenção para o povo que vive no campo, para as famílias assentadas pela política de reforma agrária. Não basta jogar o trabalhador na terra, é preciso políticas para mantê-los com qualidade na terra, com casa boa, água encanada, educação para os nossos filhos, luz elétrica, mercados para os alimentos que produzimos. Precisamos lutar por melhores políticas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar (Informação verbal, Acampamento Terra para todos, Amorinópolis/GO, Ago./2017).

Pontuaram ainda a necessidade de que sejam fortalecidas as ações de apoio técnico, esclarecimentos de uso e manejo do solo, pastagens, lavouras, recuperação de nascentes, doação de mudas nativas do Cerrado e comercialização da produção. Além disso, a variedade de árvores frutíferas do Cerrado apresenta potenciais usos de frutos que demandam orientação para a colheita, processamento e acesso ao mercado, conforme constatado no Assentamento.

A produção de alimentos nos lotes do Assentamento é diversificada, com cultivos de milho, mandioca, melancia, maracujá, jaca, pimenta, jiló, quiabo e vários outros tipos de hortaliças, além da criação de animais para a alimentação, como porcos, galinhas, patos e gado bovino. Destaca-se também a importância desta produção para complementação de renda mediante a comercialização de produtos em feiras, supermercados e contatos diretos com consumidores particulares. Os próprios quintais das famílias assentadas revelam a abundância de alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa (Fotos 1).



Foto 1 - Imagem de um dos quintais das famílias no Assentamento Padre Nilo.
Autor: Ferreira, 2017.

Como relatado, mesmo com a produção abundante de alimentos nas áreas de cada lote do Assentamento, as famílias entrevistadas nunca acessaram os programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal. Ademais, devido às dificuldades de escoamento da produção de alimentos como hortaliças e frutas, a maior parte das famílias assentadas optou por criação de gado leiteiro, capaz de criar renda sustentável para as famílias permanecerem na terra.

Uma das famílias do Assentamento Padre Nilo sublinha a importância dos espaços das feiras para fomentar o comércio dos alimentos que produzem no lote diante do conjunto de desafios enfrentados no cotidiano do trabalho na terra e também do acesso aos circuitos de comercialização da produção.

A feira é um espaço onde levamos nossa produção de ovos, frangos, leite, mandioca, às vezes poupa de frutas. Isto garante uma renda complementar para a nossa família. Mas, temos muitos desafios para melhorar esta realidade. Um deles é a dificuldade de transporte. Este é um desafio nosso e de outras famílias. Outro desafio é fortalecer políticas para os pequenos, pois sabemos que é o agronegócio que recebe mais financiamentos e atenção dos governos. Mas, esperamos e lutamos por mais apoio, pois somos nós que produzimos a maior parte dos alimentos para o povo brasileiro. Esperamos também que com a consciência formada do povo os alimentos produzidos por pequenos e vendidos em espaços coletivos como as feiras serão mais valorizados. (Informação verbal, Assentamento Padre Nilo, Amarinópolis/GO, Ago./2017).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente na terra, há mudanças substantivas na vida e no trabalho das famílias camponesas após a conquista do lote no Assentamento. A possibilidade de cuidar do seu próprio espaço de trabalho, ter a liberdade de produzir o necessário e o excedente para o comércio local. Alguns dos trabalhadores disseram “fugir” da turbulência e marginalidade das cidades para viver com qualidade de vida no próprio território de existência e trabalho familiares, o lote do Assentamento. Com estas observações, constata-se que a relação entre território, práticas agrícolas sustentáveis e acessos a mercados curtos fortalecem o desenvolvimento local e integram os trabalhadores na terra. Ficou evidente que é uma demanda para os trabalhadores beneficiários das políticas de assentamentos rurais. Além disso, fortalecer os circuitos curtos de comercialização de alimentos beneficia tanto a população do campo como a da cidade.

A expansão do agronegócio da soja no Oeste Goiano: implicações espaciais

Enquanto os assentamentos expressam itinerários de lutas, esforço coletivo para se produzir de maneira agroecológica, acessar políticas de desenvolvimento rural e gerar renda, a análise geográfica da apropriação desigual da terra no Oeste Goiano revela, por outro lado, a expansão de atividades que contrapõem a compreensão do território como lugar de existência e produção de alimentos saudáveis. Portanto, as características espaciais marcadas pela agricultura familiar camponesa, acampamentos e assentamentos de reforma agrária etc., somam-se também aos efeitos da expansão do agronegócio da soja em municípios como Palestina de Goiás, Montes Claros de Goiás, Paraúna e Diorama nos últimos anos (Quadro 1), com implicações socioambientais na ocupação e usos da terra e da água. Neste sentido, são expressões concretas dos *territórios em disputa*.

Quadro 1 - Expansão da monocultura de soja em municípios do Oeste Goiano, Goiás

Municípios	PERÍODO			
	2005		2015	
	Área Plantada (Ha.)	Qt. Produzida (t)	Área Plantada (Ha.)	Qt. Produzida (t)
Diorama	600	1.500	2.000	4.800
Jussara	7.500	22.500	9.804	32.023
Palestina de Goiás	5.500	14.000	12.000	31.680
Montes Claros de Goiás	15.000	30.000	31.812	72.531
Paraúna	72.000	133.920	103.500	229.770

Fonte: Instituto Mauro Borges (2016).

A expansão da monocultura de soja revela, ao mesmo tempo, o controle dos territórios pelo capital privado e subordinado às imposições do mercado internacional de *commodities*. Significa a transformação da terra e da água em mercadorias. Os “efeitos socioespaciais” (GONÇALVES, 2016) desse processo imprimem estratégias de “acumulação

por espoliação” (HARVEY, 2013) e “pilhagem do trabalho e do território” (PERPETUA, 2016). Sendo assim, a análise crítica e a relevância de desvelar as contradições deste modelo de produção de *commodities* agrícolas implicam a compreensão da terra e da água como elementos centrais do processo de acumulação e seus efeitos desiguais no território⁶.

No município de Iporá (GO), recorte espacial direto das reflexões e investigações realizadas na pesquisa, constatou-se também que os monocultivos de soja já se territorializaram no município. Por outro lado, outros cultivos que fazem parte da agricultura familiar camponesa expressam a redução da produção e área colhida.

Quadro 2 - Agricultura em Iporá (GO) – área colhida e produção de arroz, cana-de-açúcar, mandioca, soja e milho

Produto/Período	2010		2015	
	Área colhida (Ha.)	Produção (t)	Área colhida (Ha)	Produção (t)
Arroz	150	345	50	90
Cana-de-açúcar,	10	700	10	600
Mandioca	300	6.000	170	2.975
Milho	1.000	4.500	500	2.250
Soja	1.100	3.300	4.000	9.000

Fonte: Instituto Mauro Borges (2017)

Organização: Gonçalves (2017).

Os números apresentam a queda, entre 2010 e 2015, tanto da área colhida quanto da produção de alimentos como arroz e a mandioca. A cana-de-açúcar, geralmente utilizada na região para o consumo na própria propriedade de criação bovina manteve-se estável no período analisado. Observou-se também a queda no cultivo de milho. A monocultura de soja, por sua vez, destacou-se com o aumento da área colhida e da produção. A área colhida de soja aumentou de 1.100 hectares em 2010 para 4.000 hectares em 2015. Sua produção também subiu de 3.300 para 9.000 toneladas no mesmo período.

Apesar das “inibições” geográficas como o relevo e a própria organização da propriedade fundiária (predominantemente familiar) para a expansão da soja em Iporá (GO), os números ilustram a territorialização de novas formas de organização e usos do território. Destacam-se, por exemplo, as práticas de arrendamento. Conforme reportagem publicada no Oeste Goiano (2017), do total de sojicultores que cultivam uma área de 19.000 hectares de

⁶ Reportagem publicada no Jornal O Popular (2018) denunciou o uso irracional da água por irrigantes no território goiano. Nos números apresentados, o município de Jussara, no Oeste Goiano, foi sublinhado pela prática ilegal da irrigação por pivôs centrais. Conforme informações reproduzidas no Jornal Oeste Goiano (2018, p.01) constata-se o seguinte: “O município de Jussara, na região Oeste de Goiás, é apontado como uma localidade onde essa prática está fora do controle. O município tem 114 pivôs na agricultura, sendo o segundo no Estado em números absolutos e que vem despontando na região do Vale do Araguaia. Apesar da quantidade, apenas uma licença foi emitida pelo órgão ambiental entre 2008 e 2017”.

soja em 7 municípios da região (Iporá, Diorama, Arenópolis, Amarinópolis, Jaupaci, Israelândia e Moiporá), 70% são arrendatários.

No entanto, pesquisas referenciadas na observação direta e no levantamento de dados sobre os usos da terra em Iporá (GO) revelam ainda o predomínio da pecuária com um percentual relevante do efetivo de bovinos.

Quadro 3 - Pecuária – efetivo do rebanho bovino em Iporá nos anos de 2000, 2010 e 2015.

Período (Ano)	2000	2010	2015
Quantitativo (cab.)	101.000	104.600	112.000

Fonte: Instituto Mauro Borges (2017).

Organização: Gonçalves (2017).

A pecuária representa a forma predominante de organização e uso do território em Iporá (GO). É uma prática que está no interior dos processos que compõem a formação socioespacial do município. E, o aumento no efetivo de bovinos de 101.000 para 112.000 cabeças entre 2000 e 2015, contribui para revelar a importância econômica desta atividade. Somada a isto, a observação de lojas agropecuárias, oferta de serviços, organização sindical e atividades culturais como festas e *shows* de música sertaneja expõe não só a força socioeconômica, mas, sua expressão no trabalho e nas sociabilidades cotidianas e culturais da cidade de Iporá e demais municípios do Oeste Goiano.

Os usos do território nos municípios do Oeste Goiano não traduzem a hegemonia do agronegócio enquanto atividade produtiva como ocorre em outras regiões do Estado, como no Sudoeste Goiano, em municípios como Rio Verde (GO) e Jataí (GO). Nos territórios apropriados e controlados pelo agronegócio a terra e a água tornam-se fontes de lucros para o capital. Neste sentido, nas paisagens do Cerrado goiano as contradições que sublinham as formas de produção de alimentos e *commodities* agrícolas expressam territórios em disputas e lógicas distintas de organização do trabalho. Para que a terra produza em excesso, “[...] torna-se subjugada, tornada plana, vazia do que não sejam os espaços úteis à da produção, exaurida de recursos naturais e impregnada das químicas do agronegócio” (BRANDÃO, 2009, p. 49). A contradição é marcante, a agricultura altamente mecanizada com uso capitalista e erosivo da diversidade natural e cultural do Cerrado e produção voltada para o mercado global se contrapondo à agricultura familiar camponesa.

Diferentes das paisagens homogêneas do agronegócio com as planuras de chapadões do Cerrado goiano ocupadas por soja, milho ou cana-de-açúcar, a agricultura camponesa demonstra sua pluralidade em comunidades, pequenas propriedades e lotes de assentamentos rurais. Conforme Fernandes (2008, p. 296) a partir dos conflitos existentes entre o campesinato e o agronegócio, que disputam territórios, têm-se três paisagens distintas.

A do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo crescente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimentos – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses.

A conflitualidade entre lógicas de usos da terra, das águas e das sementes entre famílias camponesas e a expansão do agronegócio nas áreas de Cerrado em Goiás demonstra a disputa pelo controle dos territórios e as lógicas de organização do espaço, da produção e do mercado de alimentos e de *commodities* agrícolas. Dessa maneira, produzindo territórios divergentes e com ordenamentos espaciais distintos, a agricultura camponesa e o agronegócio expressam organizações contraditórias, conforme demonstrado por Fernandes (2008).

Em distintas experiências de pesquisa e observação direta em áreas do Cerrado goiano, observou-se que o território do agronegócio se organiza e se expande com a monocultura da soja, uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e pulverização aérea. Enfrentando riscos de envenenamento dos solos e do ar, e em meio à produção voltada para o mercado globalizado das *commodities*, o “território camponês” (FERNANDES, 2008), se organiza por intermédio da produção em pequena escala, práticas agroecológicas consolidadas ou em desenvolvimento, inclusive contando com o apoio de organizações como associações, cooperativas e movimentos sociais. No “território camponês” (FERNANDES, 2008) a produção está voltada para o auto-consumo da família e comercialização do excedente por meio da troca simples.

Por conseguinte, o fortalecimento da agricultura familiar camponesa passa pela busca de alternativas grafadas não apenas nos usos da terra, da água e das sementes para contrapor a lógica mercantil do agronegócio. O fortalecimento de políticas de desenvolvimento territorial e o investimento na construção de espaços alternativos de comercialização da produção exemplificam maneiras de fomentar o desenvolvimento local e garantir a permanência de famílias camponesas no campo e gerar renda para trabalhadores, incluindo sujeitos que vivem na cidade. De resto, acredita-se que as feiras livres são um destes espaços presentes em Iporá (GO).

Feiras livres de alimentos para fortalecer a agricultura familiar camponesa: experiências em Iporá (GO)

Um dos desafios centrais dos camponeses no território brasileiro relaciona-se com a comercialização dos seus produtos, especialmente frutos, hortaliças e derivados do leite. Diante disso, diferentes alternativas têm sido construídas no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural/territorial, organização em cooperativas, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais.

Entre as políticas de desenvolvimento rural/territorial, destacam-se, por exemplo, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO; Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Política Geral de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O fortalecimento ou a criação destes e de outros programas a partir dos anos 1990 possibilitou o fortalecimento da agricultura familiar camponesa no campo brasileiro.

Por conseguinte, a organização dos produtores e o acesso às políticas públicas têm garantido o incremento de renda e também evitam as ações de atravessadores, possibilitando aos produtores a venda direta de seus alimentos nas feiras livres locais ou por meio do acesso às políticas de governo como o PAA e o PNAE. Com isto, o acesso ao mercado pelos camponeses permeia novos circuitos de venda e de geração de renda.

Diante destas observações, compreendeu-se a importância de investigar as cadeias produtivas de alimentos em Iporá (GO) com o mapeamento e pesquisa das experiências locais desenvolvidas pelos produtores e feirantes. Pelos sujeitos que se organizam em feiras, associações e cooperativas, garantindo o acesso a políticas públicas e também o incremento de renda com desdobramentos na melhoria da qualidade de vida no campo e nas cidades.

Tais fatos colocaram como centralidade o diálogo participativo de experiências com as pesquisas sobre campesinato, desenvolvimento rural local e as cadeias produtivas de alimentos. Com isto, buscou-se compreender o espaço da feira livre e sua importância para os produtores locais. Apesar das feiras livres reunirem diversos sujeitos que vendem seus produtos (alimentos, frutos, hortaliças, artesanato, mudas de árvores nativas do Cerrado etc.) além dos camponeses de Iporá (GO) e região, elas movimentam a economia, geram renda e constituem espaços coletivos, expõem fazeres da cultura popular, revelam encontros de saberes.

Cazane et.al. (2014), destacam a importância das feiras livres como um espaço de comércio em que os agricultores e produtores locais e regionais vendem sua produção de maneira direta para os consumidores. Tradicionalmente, entende-se que praticamente todos os produtos comercializados nas feiras são cultivados, criados, fabricados, cozidos ou processados pelo próprio trabalhador. Isto, por consequência, gera intercâmbios qualitativos e quantitativos entre quem vende e o público que compra. A feira também reúne diferentes sujeitos que transformam este ambiente numa enumerável expressão de sociabilidades, encontros, diálogos e trocas.

Cazane et.al. (2014) ainda chamam a atenção para o fato de que a feira livre, apesar de constituir-se como uma tradicional maneira de reunir produtores para comercialização direta de seus produtos, tem perdido espaço para outros formatos de varejo. Destaca-se, neste sentido, a presença dos supermercados. Os autores enfatizam que estas mudanças também dialogam com novos hábitos e comportamento dos consumidores. Mas, observa-se que isto depende também da consciência do consumidor, dos hábitos alimentares, do conhecimento e valorização dos circuitos locais da economia e geração de renda. Além disso, geralmente as feiras possuem elos substantivos com as tradições culturais de determinada cidade ou bairro. Goiânia (GO), por exemplo, é conhecida como “capital das feiras” e, milhares de pessoas estabelecem relações de pertencimento, encontros e amizades nestes lugares, além de se firmarem como espaços de comércio⁷.

Em Iporá (GO) percebeu-se que as feiras também fazem parte da cultura local e contribuem para a economia do município. Há esforços coletivos para fortalecer estas experiências. Ações no âmbito do Território Rural Médio Araguaia exemplificam a reunião de militantes, pesquisadores, camponeses e camponesas diante de alternativas para o fomento da agricultura familiar camponesa e a geração de renda para as famílias. Propiciam parcerias com universidades públicas, cursos de formação de base, acompanhamento técnico, apoio e orientação ao acesso às políticas públicas, reuniões e incentivos à economia solidária. Esta política territorial cria elos com as bases locais de produção. Fomenta um modelo de desenvolvimento que integra as pessoas aos seus territórios.

A organização de cooperativas também expõe novas experiências para estimular a agricultura familiar camponesa e a produção local e regional em Iporá (GO). A COOMAFIR- Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Iporá e Região e COOPERCOISAS - Cooperativa Mista da Agricultura Familiar da Região de Iporá. O

⁷ CURTAMAIS. *Goiânia, capital das feiras: conheça as feiras livres, especiais e orgânicas da cidade*. 2015. Disponível em: <<http://www.curtamais.com.br/goiania/goiania-capital-das-feiras-conheca-as-feiras-livres-especiais-e-organicas-da-cidade>>. Acesso em: 01/06/2018.

investimento nestas cooperativas como expressão das estratégias de desenvolvimento local significa a possibilidade de fomentar a economia solidária, movimentar as trocas locais, geração de renda para os trabalhadores e permanência das famílias camponesas no campo.

Por sua vez, destacam-se também as feiras livres como experiência ilustrativa dos expedientes de estímulo ao desenvolvimento local e à economia solidária em Iporá (GO). Inicialmente buscou-se identificar as feiras existentes na cidade de Iporá e organizar as informações em um quadro síntese (Quadro 1). Com efeito, constatou-se que existem 7 feiras livres e 1 feira da agricultura familiar, realizadas no decorrer da semana em diferentes bairros da cidade. Elas revelam a dinâmica destas atividades que ajudam o movimentar o comércio local.

Quadro 4 – Feiras livres e da Agricultura Familiar em Iporá, Goiás.

Dia da Semana	Bairro/Feira	Horário	Número de Feirantes	Agricultores Familiares
Terça	Bairro do Sossego	15:00	48	4
Quarta	Bairro Mato Grosso	14:00	150	11
Quinta	Feira da Agricultura Familiar e Ecosol/Centro	15:00	34	32
Quinta	Feirinha Parque das Estrelas	17:00	3	1
Sexta	Bairro Umuarama	14:00	68	5
Sábado	Feirinha do Conjunto Águas Claras	17:00	3	1
Sábado	Bairro Vila Itajubá	6:00	36	4
Domingo	Feira Coberta/Centro	5:00	180	37

Fonte: Prefeitura Municipal de Iporá, 2017.

Organização: próprio autor (2017).

As informações no Quadro 3 permitem visualizar as diferentes feiras que acontecem em Iporá (GO). A distribuição espacial diferenciada das feiras expõe a capilaridade deste tipo de comércio junto à população local. Além disso, muitos feirantes afirmaram que participam em mais de um destes espaços de comércio semanalmente para investir na venda de seus produtos. Do mesmo modo, o contato com consumidores ocorreu em mais de uma das feiras visitadas, a exemplo da Feira Coberta e da Feira do Bairro Mato Grosso. Isto expõe a dinâmica local tanto dos feirantes e do público que compra seus produtos.

Em pesquisa de campo realizada na Feira Coberta (Foto 2), que ocorre na manhã de domingo, foi possível conhecer produtores e feirantes que dependem desta atividade para a geração de renda e sustentação da família. Um dos entrevistados, por exemplo, relatou que vive da venda de produtos que compra de terceiros e comercializa na feira. Como não possui a terra de trabalho e vive no ambiente urbano, depende da compra direta de produtores locais e regionais. Para outro feirante, os produtos comercializados são adquiridos no CEASA-GO. Outra feirante, diferente dos anteriores, necessita diretamente da pequena propriedade para produzir queijos, hortaliças e doces para venda aos domingos de feira. Segundo o relato desta mulher camponesa “*com a feira eu ajudo na geração de renda, ajudo a pagar a faculdade de direito do meu filho. E todos os meus produtos são locais, são produzidos na nossa pequena propriedade*”. (Informação verbal, Feira Coberta, Iporá, Dez., 2017).



Foto 2: Bancas dos feirantes com alimentos, frutas, verduras e legumes. Autor: Ferreira, H (2017).

As observações diretas e os diálogos participativos com feirantes outorgaram identificar a relação entre os produtos cultivados ou processados na região e os que são comprados no CEASA-GO. Para isto, houve entrevistados de quatro feiras selecionadas: Feira Coberta (domingo), Feira da Agricultura Familiar (quinta-feira), Feira do Bairro Umuarama (sexta-feira), Feira do Bairro Mato Grosso (quarta-feira). Para a amostra analisada, foram entrevistados 28 feirantes.

Quadro 5 - Origem dos produtos comercializados em feiras livres e da agricultura familiar de Iporá (GO).

Feiras/Origem da produtos	Feira Coberta	Feira da Agricultura Familiar	Feira do Bairro Umuarama	Feira do Bairro Mato Grosso
Produção local própria	6	5	3	3
Comprado no Ceasa-GO	4	0	1	1
Comprado na região	2	1	1	1
Total de entrevistados	12	6	5	5

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Organização: Gonçalves (2017).

O Quadro 5 revela que com exceção dos feirantes entrevistados na Feira da Agricultura Familiar, há comércio de produtos adquiridos no Ceasa-GO. Na Feira Coberta, dos 12 entrevistados 4 deles adquirem os produtos na central de abastecimento em Goiânia (GO). Um deles enfatiza: *“todos os meus produtos vendidos aqui na Feira Coberta são adquiridos semanalmente no Ceasa. Eu faço uma escolha criteriosa conforme as exigências dos meus clientes. Além da feira, eu também vendo nos supermercados. Eu vivo disto.”* (Informação verbal, Feira Coberta, Iporá, Dez. 2017). Outros sujeitos investem na compra de alimentos frescos (frutas, legumes e hortaliças) ou processados na região para revenda nas feiras. Um deles disse:

Toda a minha mercadoria é comprada no município de Iporá e outros municípios vizinhos. Eu tenho os clientes e vou ao próprio local onde compro o mel, ovos, hortaliças, frutas, legumes. E é disto que eu vivo. Nunca tive terra, mas, já morei na fazenda e trabalhei de peão, mas, agora vivo na cidade. Eu vendo os meus produtos em várias feiras da cidade. E com isto a gente vai vivendo, trabalhando e tendo um lucrinho. (Informação verbal, Feira Coberta, Iporá, Dez., 2017).

Por outro lado, descobriu-se que do total dos 28 entrevistados nas 4 feiras, 17 são produtores locais. O contato e o diálogo com estes sujeitos auxiliaram na reflexão sobre a importância da agricultura familiar camponesa para a região na geração local de renda. Entre os sujeitos pesquisados, o histórico de aproximação e formação de base com movimentos sociais, organização em cooperativas e associações, emergem também a conscientização sobre a relevância da agroecologia, dos usos sustentáveis dos recursos territoriais, dos mercados curtos e de políticas para fortalecer a economia solidária e o desenvolvimento local. Destacam-se produtores que vivem da terra em pequenas propriedades e lotes de assentamentos rurais e encontram no ambiente da feira uma fonte complementar de renda. Para uma das assentadas: *“as feiras de Iporá nos ajudam a ter um lucrinho com nossa produção. Conseguimos a terra com muita luta, permanecemos na terra também com muita luta. A feira ajuda,*

mas, também lutamos por mais incentivos ao pequeno agricultor”. (Informação verbal, Feira Coberta, Iporá, Dez., 2017).

Outros feirantes, por sua vez, destacaram também que além das feiras e vendas nos mercados locais, o acesso a políticas como o PAA e o PNAE precisam ser fortalecidos e ampliados. Eles garantem um escoamento certo para a produção e movimentam a economia local.

Eu e minha família já vendemos nossa produção por meio destas políticas, do PAA e do PNAE. Ficamos animados, tínhamos mercado garantido e o lucro era certo. Investimos em melhorias na nossa casa e na nossa propriedade. Hoje não vendemos mais por meio destas políticas. Mas, nós percebemos os benefícios destas políticas, elas precisam ser incentivadas e acessadas por mais pessoas, elas ajudam o produtor a permanecer na terra, a investir em melhorias, a sustentar a família com mais renda. (Informação verbal, Feira Coberta, Iporá, Dez., 2017).

As entrevistas com os diferentes sujeitos que vendem seus produtos nas feiras da cidade de Iporá anunciaram também interpretações qualitativas da vida e do trabalho de homens e mulheres. Nos diálogos eles expressaram seus sonhos, desafios e trajetórias de lutas. São sujeitos, cores, sons, cheiros e gestos em movimentos, trocas e relações. A batalha da existência e por um trabalho digno capaz de estabelecer qualidade de vida para a família. As lutas pela organização em cooperativas e associações. Mulheres camponesas e trabalhadoras que enfrentam o cotidiano da vida rural para ajudar na renda e garantir apoio aos estudos dos filhos. Jovens ajudando os pais. Crianças correndo e brincando entre as bancas de alimentos. Consumidores circulando entre os produtos. Festivais de cores e cheiros de frutas, hortaliças, verduras, pasteis e doces. Pesquisar as feiras foi abrir-se para a escuta e a observação de lugares e pessoas.

Considerações Finais

A pesquisa baseada no diálogo de conhecimentos e experiências no âmbito do desenvolvimento local em Iporá (GO) proporcionou o incremento de novas investigações sobre a organização do espaço agrário no Oeste Goiano, Goiás. Apresentaram-se análises geográficas que referenciam a perspectiva do desenvolvimento local de base territorial, integrado e sustentável. Demonstrou-se ainda que por meio das experiências exitosas baseadas no fortalecimento da agricultura familiar camponesa e na economia solidária com inserção nos circuitos produtivos locais como as feiras, políticas públicas etc., há melhoria de

vida, incremento de renda, oferta e consumo de alimentos saudáveis, reproduzindo práticas socioambientais sustentáveis no campo e nas cidades.

Os resultados revelaram que as feiras fazem parte do cotidiano da cidade de Iporá, ocorrem em diferentes dias e bairros, garantem renda para diversas famílias que vivem na cidade e no campo. São *produtores-feirantes* ou apenas feirantes que compram as mercadorias de terceiros e encontram nestes espaços um mercado fundamental para o fomento da renda familiar, assim como o fortalecimento das redes locais da economia com a produção e comercialização de alimentos. Percebeu-se também que as feiras são espaços com múltiplas sociabilidades sublinhadas nos encontros entre amigos, conversas, experiências simbólicas, contato com a cultura alimentar local e regional, ações de solidariedade, expressão de cores, odores e sabores de alimentos, encontro e partilha de saberes.

A pesquisa permitiu ainda refletir sobre a realidade agrária do Oeste Goiano e, especialmente, analisar o desenvolvimento de experiências locais de produção e comércio de alimentos nas feiras livres e da agricultura familiar de Iporá. Isto foi possível a partir dos diálogos iniciais com feirantes e produtores locais e regionais. As narrativas que enfatizaram os desafios de manter-se na terra, de escoar a produção e de gerar renda com o envolvimento do modelo familiar de agricultura permitiram aproximações com os territórios. Com isto, mediações entre o campo e a cidade foram construídas e apresentadas no texto.

Em suma, percebeu-se que novas territorialidades transformam o uso e a organização do espaço. Além das formas tradicionais de ocupação e apropriação do território, como a pecuária, outros elementos como a criação de assentamentos rurais e a expansão da monocultura da soja contribuem para apresentar a complexa trama que grafa a realidade agrária de Iporá (GO) e demais municípios do Oeste Goiano, Goiás.

Within the “margins”: the productive circuits of a local territory and importance of free fairs in Iporá, Goiás

Abstract: This research present results of Project “Territory, local development and food production chains in Iporá, Goiás”, developed in *Laboratory of Territory and Ambiental Studies – LTAS, Universidade Estadual de Goiás - Campus Iporá*. In this sense, this work presents elements of agrarian question in West of Goiás and interprets the free fairs as an expression of development actions and strengthening of local territorial in Iporá (GO). The methodology included bibliographic research and qualitative procedures in Geography, such as field research, interviews and field diary. Our data contribute with management and sustainable use of Cerrado sociobiodiversity, healthy food production and consumption, income generation and dignified life of peasants in Iporá (GO) and other municipalities in West of Goiás.

Keywords: Territory. Local development. Free fairs. Iporá (GO).

Referências

- ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. 2001. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/Ruralidade_e_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2015.
- ALEMÁN, A. M. A.; HEREDIA, R. E. B. *Desarrollo territorial a escala local*. UH Editorial, 2013.
- BRANDÃO, C. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.
- BRANDÃO, C. R. *"No Rancho Fundo": espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NFAD, 2004.
- BAVA, S. C. *Circuitos Curtos de Produção e Consumo*. Disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/silvio_bava.pdf. Acesso em: 23 de Jun. 2017.
- BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CAZANE, A. L. C. Et.al. Análise das feiras livres como alternativa de distribuição de frutas, legumes e verduras (FLV). *Informe Gepec*, Toledo, v. 18, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2014.
- CHAVEIRO, E. F. Traços, linhas e matrizes para a compreensão de um Goiás profundo. In: CHAVEIRO, E. F. (org.). *A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial*. Goiânia: Gráfica e Editora Modelo, 2005.
- CLEPS JÚNIOR, J. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M, A.; SANTOS, R. A dos. (Org.). *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.35-54
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, v. 10 - n. 2, junho de 2013.
- DAROLT, M.R. *Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: IAPAR, 2012.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang Sachs (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FABRINI, J. E. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná*. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. 220 p.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo; Cortez, 2002.

_____. *Entrando nos territórios do Território*. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 23 de Out./2017.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1974.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, R. J. de A. F. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*. 504f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, 2016.

_____. “Narrativas da terra”: a questão agrária em Goiás na literatura de Bernardo Élis. *REVELLI*, v.10 n.2., p. 339 – 357, Junho/2018.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IMB. *Estatísticas Municipais*. (Séries históricas). 2017. Disponível em: Acesso em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. 28 de Nov./2017.

INCRA GOIÁS. *Os assentamentos em Goiás*. 2018. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>>. Acesso em: 20 de Jun./2018.

MARTINS, J de. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENDONÇA, M. R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. O agronegócio nas áreas de Cerrado: impasses, preocupações e tendências. 2007. In: FORUM DE C&T NO CERRADO, II. *Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano*. Goiânia/GO, 05 de Out. de 2007. p.18-28.

MENDONÇA, M. R. ; THOMAZ JUNIOR, A . Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os Povos Cerradeiros na luta por um território livre. *Revista Pegada Eletrônica* (Online), Presidente Prudente/SP, v. 12, p. 23-47, 2011.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Revista Economia*, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

OESTE GOIANO. *Depois da boa colheita de soja, agricultores apostam na safrinha*. 2017. Disponível em: <https://www.oestegoiano.com.br/noticias/economia/depois-da-boacolheita-de-soja-agricultores-apostam-na-safrinha>. Acesso em: 26 de Nov./2017.

OESTE GOIANO. *Jussara: uso ilegal de água com 114 pivôs na agricultura*. Disponível em: <https://www.oestegoiano.com.br/noticias/meio-ambiente/jussara-uso-ilegal-de-agua-com-114-pivos-na-agricultura>. Acesso em: 20 de Jan./2018.

OLIVEIRA, A. R. *O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural*. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2010.

OLIVEIRA, A. U de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. R.; CLEMENTE, E. Desenvolvimento territorial em questão: análise das políticas públicas voltadas ao campo brasileiro. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 10, p. 17-32, ago./dez. 2012.

ORTEGA, Antonio César. *Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007, p.63-91.

ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. *Política & Sociedade* - Florianópolis - Vol. 12 - Nº 24 - Mai./Ago. de 2013.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Pulo: Expressão Popular, 2008. p.213-238.

PERPETUA, G. M. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B. S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 18, nº 26, Edição especial, 2015, p.183-203.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, jan/jun. 2004.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1990.

STRECK, D. R. Pesquisa é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. In:

SVAMPA, M. et. al. (Org.). *Movimientos socioambientales en América Latina*. Buenos Aires/Argentina: Clacso, 2012.

WANDERLEY, Maria de N. B. O agricultor em sua localidade. In.: LAMARCHE, Hugues (coord.). *A Agricultura Familiar: do mito a realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

Sobre os autores

Ricardo Júnior de Assis Gonçalves – Doutor em Geografia. Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Iporá, Goiás.

Anna Lígia Alves Coelho – Graduanda em Geografia da Universidade Estadual de Goiás, campus Iporá

Recebido para avaliação em agosto de 2018

Aceito para publicação em dezembro de 2018